

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.004 - MG (2019/0352276-4)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
RECORRENTE : A T R C (PRESO)
ADVOGADO : LUIZ FERNANDO GOMES CARVALHO - MG166601
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por A T R C apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais no julgamento do Writ n. 1.0000.19.111002-2/000.

Depreende-se dos autos que o acusado foi condenado definitivamente ao cumprimento de 2 anos de reclusão, em regime inicial semiaberto, e pagamento de 200 dias-multa, pela prática do delito descrito no art. 33, § 4º, da Lei de Drogas.

Nesta via, sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal consubstanciado na necessidade do seu recolhimento ao cárcere para posterior instauração do processo de execução penal, no qual já faria jus à progressão de regime.

Diante disso, requer a concessão da medida liminar para que sejam suspensos os efeitos do mandado de prisão expedido em seu desfavor até o julgamento deste *writ*.

É o relatório.

A concessão da tutela de urgência reserva-se aos casos excepcionais de ofensa manifesta ao direito de ir e vir e desde que preenchidos os pressupostos legais, que são o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*.

Contudo, compulsando-se os autos, ao menos em um juízo perfunctório, verifica-se que as teses levantadas na inicial merecem melhor exame, a fim de, no momento processual devido, verificar-se a possibilidade de atuação deste Superior Tribunal.

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito do *writ*, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo pelo colegiado.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.

2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.

Superior Tribunal de Justiça

3. Agravo interno não conhecido.

(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017.)

Diante do exposto, **indefere-se a liminar**.

Necessário sejam solicitadas informações ao Tribunal impetrado e ao Juízo processante, que deverão trazer aos autos notícias atualizadas acerca da situação prisional do ora paciente, bem como, se houver, senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Com as informações, abra-se vista ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator